



Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo

Senhoras e Senhores Membros do Governo

Permitam-me que felicite todos os Membros desta Câmara, nomeadamente todos os Membros do Governo e as Senhoras e Senhores Deputados eleitos, confiando no empenho dedicado pelo bem comum à causa pública.

Este Governo assume no seu Programa que, e passo a citar, “as pessoas estão sempre em primeiro lugar”, “Em vez de alimentar dependências, preferimos criar oportunidades”, e, continuando a citar, “A Saúde e a Solidariedade Social estão na linha da frente de uma política personalista, a par da Educação e da Cultura, da Qualificação e do Emprego”.

Ora, a assertividade destas afirmações, sem incursões pelo referencial concetual filosófico de algumas em particular, deixa claro um ataque velado e subtil, à anterior legislatura. Uma necessidade imperiosa de expressar que tudo vai mal.

Se esse for o caminho, aqui estaremos para combater todas as tentativas de desmerecer e desvirtuar o muito que foi feito. Tal como aqui estaremos para exigir, sempre, sempre, medidas concretas na resposta aos desafios que teremos pela frente. Por isso, dizemos, desde já, que o que consta no programa é demasiado vago.

Ao enunciado de promessas do eixo programático “PESSOAS PRIMEIRO PARA UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL”, tudo o que se segue, na área da Solidariedade Social, parece-nos no essencial e de modo genérico inspirado nas Orientações de Médio Prazo, 2017-2020, para a Solidariedade Social do anterior executivo.

Esperávamos mais face aos desafios que os Açores enfrentam na afirmação de um Arquipélago mais coeso, sustentável e integrado.

Na Solidariedade Social, as propostas deste Governo, formam um rol com elocuições recorrentes. Passando a sua enunciação e articulação peculiar por rever, reforçar, atualizar, aumentar, melhorar, revitalizar, reorganizar,



reestruturar e, sobretudo, continuar, o que já existe e foi implementado pelo anterior executivo.

Isto é, o atual Governo reconhece o trabalho feito e, em súmula, a importância de assegurar, com as devidas e necessárias adequações ao atual momento, as políticas e projetos de solidariedade social implementados e preconizados.

Alguns destes ganhos são indubitavelmente significativos. Nomeadamente, em três vetores estruturantes para a coesão socioeconómica e para o combate à pobreza, nas suas diferentes formas e frentes, ou seja, os apoios sociais, o emprego e a habitação.

Dos apoios sociais em vigor o RSI é o que tem merecido maior contestação política e social. A Região verificou, todavia, no passado mês de setembro um mínimo histórico de 14.820 beneficiários. E o impacto social desta medida na vida das pessoas e famílias que dela beneficiaram foi, e é, a nosso ver, inquestionável.

A par desta redução verificou-se um decréscimo da taxa de desemprego na Região, para valores mínimos, tendo a despesa anual com as Prestações de Desemprego, nos Açores, no mesmo período diminuído de 43 milhões e 278 mil Euros para 30 milhões e 990 mil Euros, acompanhando a redução do número de beneficiários das Prestações de Desemprego de cerca de 15 mil e 400 para 12 mil e 200 beneficiários em cinco anos.

Uma referência, também, aos ganhos da anterior Legislatura, em matéria de reabilitação e recuperação do parque habitacional edificado, e em complemento de anos seguidos de aposta neste apoio, que possibilitou atingir números invejáveis na percentagem de património edificado recuperado. Facto que ficará decerto plasmado nos próximos Censos, em 2021, em resultado do investimento nos diferentes programas de apoio à Habitação e que, no período de 2014 a 2019, atingiram os seus valores máximos, nomeadamente, 68 milhões e 208 mil Euros nos apoios de aquisição, construção e realojamentos, e 30 milhões e 35 mil Euros em investimentos em renovação e regeneração urbana (recuperação de habitação degradada).

É, pois, com números e dados concretos - que representam pessoas - que se reconhece o valor do anterior Governo e do seu legado. Valor inquestionável e expressivamente reconhecido e considerado, nas urnas, com o apoio e confiança de 41% de votos dos Açoreanos.

Os Açores precisam de mais face aos desafios que enfrentam. Esperávamos mais para a afirmação de um Arquipélago mais coeso, sustentável e integrado.



O facto de estarmos, agora, na oposição não nos demove do propósito de “Construir uns Açores mais resilientes, mais coesos e sustentáveis”. Lembramos e sublinhamos, a este respeito, as propostas do nosso programa eleitoral, pensadas em estreito alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 e com a proposta de Agenda de Relançamento Social e Económico da Região Autónoma dos Açores.

Assim, e conforme foi assumido no Eixo que previa a promoção de uma “SOCIEDADE INCLUSIVA, JUSTA, SOLIDÁRIA E PARTICIPATIVA, vamos, na presente legislatura, defender a “necessidade de priorizar um conjunto de medidas de emergência e de apoio à retoma da atividade social, destinadas às famílias açorianas e aos setores social, cultural, educativo e da saúde.”

Por quanto, no quadro da grave crise pandémica que enfrentamos, a par da retoma económica, o relançamento social será indubitavelmente ainda mais lento, sendo necessário juntar novas iniciativas às que se encontram em vigor.

Em contraponto ao Programa deste Governo e por ser estruturalmente fundamental, não podíamos igualmente deixar de fazer referência ao IX Eixo Estratégico do Programa do PS/Açores - “VENCER O DESAFIO DA DEMOGRAFIA” que, em nosso entender, não se deve cingir a mais um item da área da Solidariedade Social mas, antes, assumir “uma natureza verdadeiramente estrutural e decisiva para o nosso futuro como Povo e como Arquipélago.”

Acreditamos que a transformação da economia dos Açores, pela qual vamos continuar o nosso combate, o aumento dos níveis de qualificação e rendimento da nossa população, a promoção de uma sociedade mais inclusiva e solidária, deverão necessariamente contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos Açorianos e da atratividade do território e, por esta via, para o crescimento da população residente em todas as ilhas.

Sendo, com esse propósito fundamental, avançar com a concretização de medidas efetivas e realmente impactantes de Apoio às Famílias como as que propomos.

A “promoção de uma sociedade açoriana mais inclusiva, justa, solidária e participativa, assenta numa visão estratégica dirigida aos açorianos, em particular, às crianças, jovens, idosos e pessoas com deficiência, e concretiza-se através de programas e medidas” agregadores de inúmeros eixos e dezenas de objetivos específicos, com indicadores de resultado e de avaliação de impacto.



GRUPO
PARLAMENTAR



Partido Socialista
AÇORES

Nesta Legislatura, em pleno exercício do nosso dever, na qualidade de Grupo Parlamentar mais votado, com 25 deputados eleitos, em defesa dos interesses e do bem comum de Todos os Açoreanos, de Santa Maria ao Corvo, aqui e agora, (re)afirmamos o nosso compromisso, sem nunca esquecer que fomos Governo e agora somos oposição, de continuar a contribuir com propostas consistentes, agregadoras, apropriadas e concretizáveis para “Relançar Social e Economicamente os Açores” e “transformar os Açores numa região mais resiliente, mais coesa e mais sustentável.”

Contem com o PS!

Aqui estamos...

Pelos Açores e por Todos os Açorianos!

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 10 de dezembro de 2020

A Deputada Regional: Célia Pereira